



SENADO FEDERAL
PRESIDÊNCIA

OF. Nº 757/2012-PRESID.

Brasília, 21 de novembro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Eunício Oliveira
Presidente
Comissão de Reforma do Código Penal
Senado Federal, Ala Alexandre Costa, Sl. 03
70165-900 Brasília-DF

Senhor Presidente, *Eunício Oliveira*

Encaminho a Vossa Excelência solicitação da Liderança Evangélica Brasileira, representada pelo Bispo Manoel Ferreira, Presidente da Conamad – Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil Ministério Madureira, pelo Deputado João Campos, Presidente da Frente Parlamentar Evangélica, e por outros Parlamentares e Líderes evangélicos, recebidos em audiência na Presidência do Senado, em 20 de novembro de 2012.

Trata-se de sugestões ao Projeto de Lei nº 236/2012, que cuida da reforma do Código Penal Brasileiro, em tramitação nessa Comissão, e de documento intitulado *Carta Aberta da Liderança Evangélica Brasileira ao Senado Federal*, em que a comunidade evangélica manifesta sua posição a respeito da matéria.

Agradeço a atenção dispensada a esse assunto e transmito-lhe meu cordial abraço,

José Sarney
Senador **José Sarney**
Presidente do Senado Federal

CARTA ABERTA DA LIDERANÇA EVANGÉLICA BRASILEIRA AO SENADO FEDERAL

Os líderes evangélicos do Brasil, representantes das denominações, convenções, igrejas e movimentos cristãos juntamente com os Deputados Federais e Senadores da República, membros da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional - FPE e com a Associação dos Parlamentares Evangélicos do Brasil - APEB, reunidos na cidade de Brasília, na data de 30 de agosto de 2012, firmam a presente **CARTA ABERTA AO SENADO FEDERAL**, dirigida ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício de Oliveira, ao Relator da Reforma do Código Penal, Senador Pedro Taques e à sociedade brasileira de forma geral, manifestando posição e preocupação quanto ao PLS 236/2012, que versa sobre a Reforma do Código Penal Brasileiro. Assim o fazem por acreditar que nenhuma lei pode violar o direito à vida, à dignidade humana e à liberdade religiosa (Art. 5º. Caput, art. 1º, III e art. 3º, IV, da Constituição Federal) como se pretende em algumas das propostas constantes no referido Projeto de Lei do Senado.

Do reconhecimento da necessidade da Reforma do Código Penal Brasileiro

Os signatários deste documento reconhecem a necessidade da atualização e reforma da legislação penal brasileira para que venha contemplar as diversas modalidades de crimes não previsto no atual Código Penal e ainda se adequar as atuais e reais necessidades da sociedade brasileira, e assim garantir a todo cidadão mais segurança e aplicação da Justiça.

Neste sentido cumprimentamos e celebramos a iniciativa do Senado Federal em propor a necessária e imprescindível reforma do Código Penal Brasileiro.

Da preocupação e do repúdio às propostas apresentadas no PLS 236/20012

O PLS 236/2012 traz em seu bojo propostas que violam o direito à vida, que cerceiam o direito constitucional fundamental de liberdade de consciência, crença e culto, além da flagrante inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa. Encontramos no texto proposta que ferem os princípios constitucionais da isonomia, da legalidade, da livre expressão do pensamento, os princípios da personalidade e proporcionalidade da pena, da liberdade de iniciativa, da continuidade no serviço público, bem como proposta que colocam em risco a integridade física e psicológica de crianças e adolescentes.

Entre as propostas apresentadas repudiamos veemente:

1) A descriminalização do aborto (art. 128)

Acreditamos que o aborto é ato de extermínio de uma vida humana e que a livre interrupção da gravidez é uma afronta à Declaração Universal dos Direitos do Homem, que define que *“todo o indivíduo tem direito à vida”* (artigo 3º), e à Constituição Brasileira, que tem como cláusula pétrea, o seu artigo 5º, definindo como garantia fundamental a inviolabilidade do direito à vida; bem como o artigo 4º do Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é país signatário.

CARTA ABERTA DA LIDERANÇA EVANGÉLICA BRASILEIRA AO SENADO FEDERAL

Registramos ainda que nossa posição encontra eco na sociedade, visto que o povo brasileiro tem se expressado, em sua esmagadora maioria, ser contrário ao aborto e a favor da vida.

Acreditamos que não existe aborto sem morte, pois o aborto é, por essência, a eliminação da vida de uma criança em gestação. Para negar isso, fazem-se malabarismos com a lógica para tentar mostrar que não se trata (ainda) de um ser humano. A tese é insustentável, e por isso os defensores do dito “direito ao aborto” tem pavor das imagens desses pequenos bebês de apenas poucos centímetros, mas já visivelmente humanos, movendo-se em vídeos na internet ou estraçalhados pelos instrumentos usados no aborto. Ninguém gosta de ver estas últimas imagens, mas elas constituem um eficaz “choque de realidade”. Qualquer criança identifica ali um semelhante.

E, certamente, é a ciência (e não a religião) que demonstra que ele é um ser vivo, em desenvolvimento, dependente da mãe para sua nutrição, mas totalmente diferenciado dela. Os embriões já têm a sua própria carga genética, única, estabelecida na sua concepção. Já está definido, nesse momento, se é menino ou menina, a cor dos olhos e dos cabelos, e até tendências de temperamento. A própria ciência determina que um profissional formado para cuidar da saúde humana, um médico, acompanhe o desenvolvimento dessa nova vida desde o início.

Alegar que descriminalizar o aborto evitaria morte materna é argumento que não se sustenta e que rejeitamos, pois as mortes maternas em decorrência do aborto estão muito abaixo dos números que geralmente são apresentados no debate. Recentemente, a ONU afirmou se tratarem de 200 mil por ano, no Brasil. O próprio Ministro da Saúde veio a público negar esses números. O site do DataSUS permite-nos ver os dados reais, que no ano de 2.010 foram os seguintes: faleceram no Brasil **486.045** mulheres; os óbitos de **mulheres em idade fértil – por todas as causas – somam 66.323**. Destes, **os devidos à gravidez, parto ou aborto foram 1.162**. Restringindo-nos apenas a aborto, temos **83** mortes. Portanto, o aborto corresponde a 7% das mortes maternas, 0,1% das mortes de mulheres em idade fértil, e 0,017% das mortes de mulheres em geral.

Rejeitamos a proposta do artigo 128 do PLS 236/2012 também por acreditarmos que a legalização do aborto não favorece a saúde da mulher, e isso também pode ser demonstrado com estudos científicos.

2) Da regulamentação da eutanásia

Embora em tese a eutanásia seja proibida, deixar para o juiz a possibilidade de não puni-la, abre perigosíssimas possibilidades para a realização desse crime. Os filhos e parentes de uma pessoa doente podem ter estreitos laços de afeição, mas são também seus herdeiros diretos. Valham como exemplo os tristes casos de assassinato dos pais pelos filhos, ou a seu mando, que temos visto nos últimos anos.

O atual Código de Ética Médica, recentemente reformulado, diz:
É vedado ao médico:

...
Art. 66 - Utilizar, em qualquer caso, meios destinados a abreviar a vida do paciente, ainda que a pedido deste ou de seu responsável legal.



CARTA ABERTA DA LIDERANÇA EVANGÉLICA BRASILEIRA AO SENADO FEDERAL

A mudança proposta, portanto, não atende a desejo da classe médica, nem da população brasileira, que consideram antiética a eutanásia, em qualquer caso.

Tememos que com a regulamentação da eutanásia as maiores vítimas no Brasil sejam os idosos pobres e desamparados.

3) A ilicitude do crime considerando práticas culturais que colocam em risco a vida e a dignidade sexual (art. 36)

Não aceitamos que o Código Penal deixe de prever punição para os crimes motivados por questões culturais que violem o direito à vida, à integridade física e à dignidade sexual de crianças, mulheres e adolescentes.

4) Da legalização das casas de prostituição (Art. 189)

Descriminalizar a exploração de casas de prostituição no Brasil contraria atos internacionais dos quais o Brasil é signatário com o compromisso de combater o lenocínio, o tráfico e a exploração de mulheres;

A proposta, da maneira como se apresenta, só beneficia os traficantes, os proprietários de casas de prostituição e aqueles que se favorecem com a comercialização do corpo de crianças e adolescentes, muitas vezes com pouco mais de 12 anos de idade.

Somos ainda contra esta proposta, por entendermos que o quadro negativo da prostituição não envolve apenas o sacrifício da integridade pessoal. A atividade é tradicionalmente acompanhada de outras práticas prejudiciais à sociedade, como os crimes de lesão corporal e de tráfico de drogas.

5) Da descriminalização das drogas (Art. 128)

Somos contra a descriminalização das drogas, pois liberar seu uso é passar a impressão equivocada de que o consumo de drogas não é perigoso ou arriscado, o que poderá levar a um significativo e assustador aumento no número de usuários, visto que as drogas legalizadas possuem mais consumidores do que as drogas ilícitas, conforme nos esclarece os dados do SENAD de 2005, de que 75% (setenta e cinco por cento) da população já experimentou bebida alcoólica, enquanto menos de 9% consumiu maconha.

Entendemos que a descriminalização do uso de drogas trará, dentre várias outras consequências, conflitos para as famílias, pois os filhos usuários, livres para comprar a droga, mas sem poder usá-la em via pública, deverão fazer uso dentro de seus lares. Entendemos que o uso dessas drogas dentro de casa enfraquecerá o poder familiar visto que os pais estariam sob o dilema de permitir que seus filhos usem drogas dentro de casa ou levá-los à cadeia ao forçá-los a consumi-las fora.

CARTA ABERTA DA LIDERANÇA EVANGÉLICA BRASILEIRA AO SENADO FEDERAL

6) Da diminuição da idade para tipificação dos crimes sexuais contra vulnerável (Art. 186)

Ao propor que seja considerado estupro de vulnerável apenas quem mantiver relação sexual com pessoa que tenha até doze anos de idade, o novo Código Penal abre as portas para facilitação da pedofilia e do abuso sexual de crianças e adolescentes.

Entendemos que uma criança, seja menino ou menina, com menos de 14 anos de idade, não esta pronta física e psicologicamente para o início da atividade sexual.

A proposta causou espanto e revolta na sociedade, pois os pais, os profissionais da área da saúde e os educadores não foram ouvidos. Mantê-la é caminhar na contra mão na defesa dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil.

REQUEREMOS

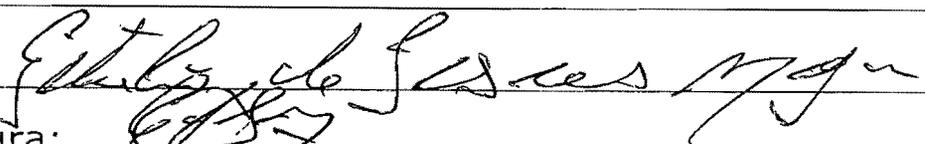
Mediante todo exposto, requeremos que a reforma do Código Penal tramite nas Casas de Lei sem a pressa que a ela vem sendo aplicada e que seja amplamente discutida, de forma democrática, com todos os segmentos da sociedade.

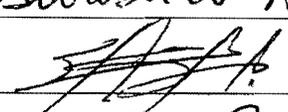
A liderança Evangélica Brasileira, a Frente Parlamentar Evangélica, a Associação Nacional dos Parlamentares Evangélicos colocam-se a disposição do Senado Federal para ajudar no debate e na construção de um Código Penal que represente uma legislação que atenda aos anseios da sociedade e que garanta a todo cidadão brasileiro a segurança e proteção almejada sem que outros direitos sejam violados.

Brasília, 30 de agosto de 2012.

Nome:	<i>George Luiz Galvão Dutra</i>
Assinatura:	<i>George</i>
Cargo/Instituição:	<i>Pastor e IMEB Cjtsesmon; BH</i>
Nome:	<i>Daniel W. O'Keefe</i>
Assinatura:	<i>Daniel W. O'Keefe</i>
Cargo/Instituição:	<i>061-3457/200</i>

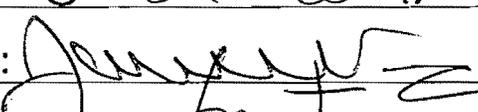
CARTA ABERTA DA LIDERANÇA EVANGÉLICA
BRASILEIRA AO SENADO FEDERAL

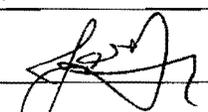
Nome:	Estelzy de Jesus Magu
Assinatura:	
Cargo/Instituição:	Presidente da Liderança Evangélica

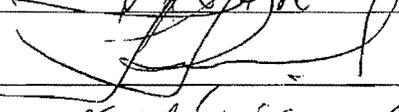
Nome:	M. Sebastião A. D. Guerra
Assinatura:	
Cargo/Instituição:	Id. POSS. RENOVATA DO BRASIL

Antonio dos Santos

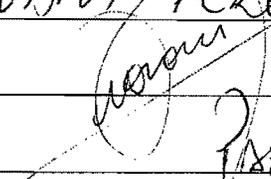
Nome:	Antonio dos Santos
Assinatura:	
Cargo/Instituição:	Dep. Estadual SE. Pres. APEB

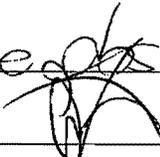
Nome:	Jair de Oliveira
Assinatura:	
Cargo/Instituição:	Pastor - Casa da Bênção

Nome:	Francisco de Paula
Assinatura:	
Cargo/Instituição:	COPEL/DF

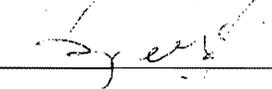
Nome:	Francisco de Paula
Assinatura:	
Cargo/Instituição:	Juúrico COAS. de Pastores

CARTA ABERTA DA LIDERANÇA EVANGÉLICA
BRASILEIRA AO SENADO FEDERAL

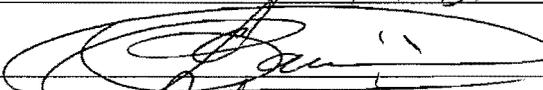
Nome:	JEOVANI PEREIRA DE FARIAS
Assinatura:	
Cargo/Instituição:	Pastor. Liberalismo

Nome:	Jose Reis Nogueira
Assinatura:	
Cargo/Instituição:	Pastor - Ad. Novo Dia

Nome:	EDUARDO ANTONIO MELLO FREITAS
Assinatura:	Eduardo Antonio Mello Freitas
Cargo/Instituição:	Igreja em Brasilia / Presb. IPB.

Nome:	ROBERTO KUNZENDORFF JR.
Assinatura:	
Cargo/Instituição:	Pastor / Igreja Uniao (IGUB)

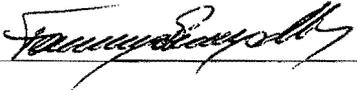
Nome:	Eduardo Silva Demou
Assinatura:	
Cargo/Instituição:	Pastor / Igreja 'O Brasil e Cristo'

Nome:	VLADIMIR ALEXANDRO BARROS
Assinatura:	
Cargo/Instituição:	Pastor Igreja Evang. Avivamento Bíblico.

CARTA ABERTA DA LIDERANÇA EVANGÉLICA
BRASILEIRA AO SENADO FEDERAL

Nome: João Campos de Araújo
Assinatura: 
Cargo/Instituição: Dep. Federal - Presid. da Frente Parlamentar Evangélica do Cong. Nacional.

Nome: LILIAM SA
Assinatura: 
Cargo/Instituição: Deputada federal - Relatora da CPI da prostituição infantil.

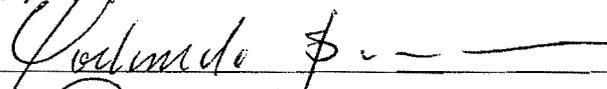
Nome: FRANCISCO EURICO DA SILVA (PASTOR EURICO)
Assinatura: 
Cargo/Instituição: Deputado Federal PSB/PE

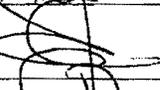
Nome: Eurilton Lima Santana
Assinatura: 
Cargo/Instituição: Dep. Federal - PSC - Ba.

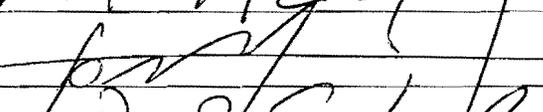
Nome: LAURIELE RODRIGUES
Assinatura: 
Cargo/Instituição: Dep. Federal - PSC - ES.

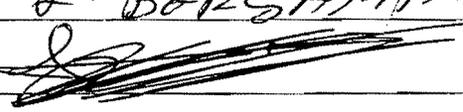
Nome: AROLDO DE OLIVEIRA
Assinatura: 
Cargo/Instituição: DEP FEDERAL - RJ

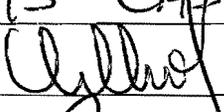
CARTA ABERTA DA LIDERANÇA EVANGÉLICA
BRASILEIRA AO SENADO FEDERAL

Nome:	Carla do Silva
Assinatura:	
Cargo/Instituição:	PASTORA LÍDEA IGREJA OBRASILEIRA CRISTO

Nome:	Roberta de Lucena
Assinatura:	
Cargo/Instituição:	Dep Federal

Nome:	LOURIVAL MENDES
Assinatura:	
Cargo/Instituição:	Dep. Federal - PT do MA

Nome:	VIL F. BERGAMIN
Assinatura:	
Cargo/Instituição:	

Nome:	ELIAS CASTRO CASTILHO
Assinatura:	
Cargo/Instituição:	PRESIDENTE - ASSERCON.

Nome:	
Assinatura:	
Cargo/Instituição:	

CARTA ABERTA DA LIDERANÇA EVANGÉLICA
BRASILEIRA AO SENADO FEDERAL

Nome: ANDRÉ GARCIA da SILVA

Assinatura:

Cargo/Instituição: Advogado

Nome: JOEL STEVANATTU

Assinatura:

Cargo/Instituição: PASTOR - IGREJA O BRASIL P/CRISTO

Nome: JOSÉ ILÁRIO LUCAS

Assinatura:

Cargo/Instituição: PASTOR - IGREJA BRASIL P CRISTO

Nome: Lelio Washington Marinho

Assinatura:

Cargo/Instituição: Presidente do Conselho
Petítico das Assembleias de Deus

Nome: CARVALHO FRANCISCO LEAL

Assinatura:

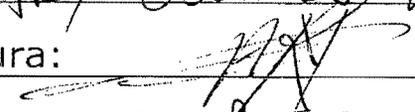
Cargo/Instituição: ASSEMBLEIA DE DEUS (PASTOR PRES)

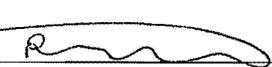
Nome: ANTONIO NIBSON BOCA DE AMARAL

Assinatura:

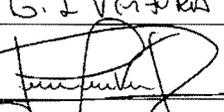
Cargo/Instituição: ASSOCIADOR / EDUCADOR JOB DE PRIMO
(DEP. WASHINGTON LEAL)

CARTA ABERTA DA LIDERANÇA EVANGÉLICA
BRASILEIRA AO SENADO FEDERAL

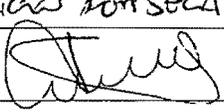
Nome: ADY OSVALDO MEIRA DE PAULO
Assinatura: 
Cargo/Instituição: PASTOR PRESIDENTE IGREJA EVANGÉLICA JESUS VOLUNTÁRIA

Nome: ROZANGELA ALVES JUSTINO
Assinatura: 
Cargo/Instituição: PRESIDENTE DA ABRACEH-ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO SER HUMANO E À FAMÍLIA

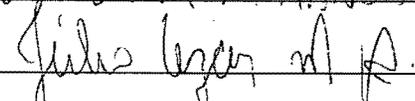
Nome: HUDSON MENDES TEIXEIRA
Assinatura: 
Cargo/Instituição: PRESIDENTE DO CENTRO MISSIONÁRIO ORENDO

Nome: José Gil Ventura filho
Assinatura: 
Cargo/Instituição: PASTOR IEP. O BRASIL PARA CUSTO GRANDES SP

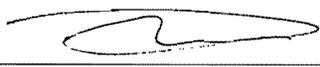
Nome: Milton Centole
Assinatura: 
Cargo/Instituição: PASTOR - O BRASIL P/CUSTO

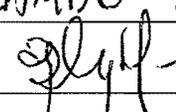
Nome: MAURICIO FONSECA DE ASSUMON
Assinatura: 
Cargo/Instituição: PRESBITERO O BRASIL P/CUSTO

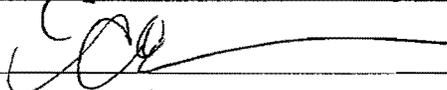
CARTA ABERTA DA LIDERANÇA EVANGÉLICA
BRASILEIRA AO SENADO FEDERAL

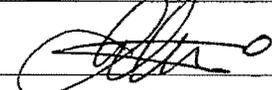
Nome: JULIO CEZAR MIRANDA AVELINO
Assinatura: 
Cargo/Instituição: AGRESSOR ESPECIAL (SECTEC)

Nome: Luziana Himarus
Assinatura:
Cargo/Instituição: assessora de imprensa (deputado Manoel Rogério (PDT/RN))

Nome: WAGNER MARLINS BELMUNDES
Assinatura: 
Cargo/Instituição: PASTOR - IG. EVANGELICA O.B.C./MIA

Nome: RICARDO NERY
Assinatura: 
Cargo/Instituição: CRENTE / CÂMARA DOS DEPUTADOS

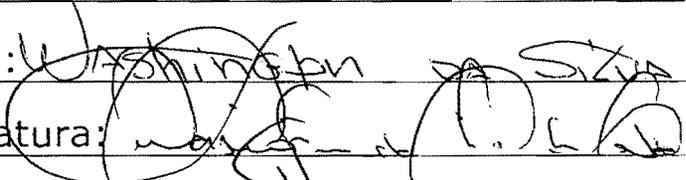
Nome: Pra. Cynthia Ferreira
Assinatura: 
Cargo/Instituição: Coordenadora de Portal Fé em Jesus

Nome: Pe. ARLÊNIO MINEU
Assinatura: 
Cargo/Instituição: Presidente Minist. Vila da Graça

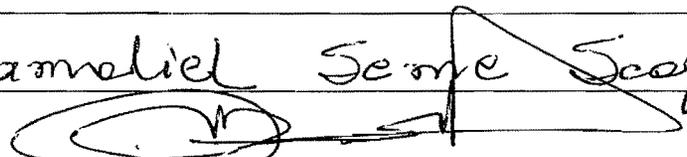
CARTA ABERTA DA LIDERANÇA EVANGÉLICA
BRASILEIRA AO SENADO FEDERAL

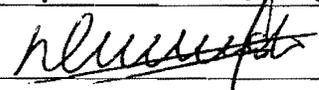
Nome: José Valentim Mendes
Assinatura: 
Cargo/Instituição: ASSEMBLEIA de DEUS São Paulo
Pastor Presidente

Nome: MARCOS SOARES de SOUZA
Assinatura: Marcos Soares de Souza
Cargo/Instituição: Pastor ASSEMB. DE DEUS

Nome: Washington da Silva da Costa
Assinatura: 
Cargo/Instituição: Pastor Assemb. de Deus

Nome: Leir Carlos S. PAES
Assinatura: 
Cargo/Instituição: PASTOR PRESIDENTE ASS. DE DEUS

Nome: Samuel Sérgio Scoff
Assinatura: 
Cargo/Instituição: Desembargador TJ PR

Nome: Paulo Fernando Melo
Assinatura: 
Cargo/Instituição: Vice-Presidente PROVIDA FAMÍLIA



www.abraceh.org.br

Caixa Postal 106.075, Niterói, RJ CEP 24.230-970

CNPJ 07.754.218/0001-80

Associação com finalidades não econômicas

ABRACEH - ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO SER HUMANO E A FAMÍLIA

Brasília, DF, 20 de novembro de 2012.

Exmo. Senhor Presidente do Senado Federal José Sarney.

A ABRACEH-ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO SER HUMANO E À FAMÍLIA reúne milhares de apoiadores em todo o Brasil, vem por meio desta, solicitar a Vossa Excelência que acolha as sugestões abaixo para a tomada das providências necessárias a sua execução:

I – DEZ SUGESTÕES PARA O PL 236/2012, REFORMA DO CÓDIGO PENAL:

1ª. LIBERDADE DE EXPRESSÃO, PENSAMENTO, OPINIÃO, E DE CRENÇA NO DEUS CRIADOR DOS CÉUS, TERRA E TUDO O QUE HÁ, QUE CRIOU O SER HUMANO DO SEXO MASCULINO E DO SEXO FEMININO: queremos que sejam reconhecidos como tipos penais o cerceamento da liberdade de crer em Deus, de expressão, de pensamento e de opinião;

2ª. IDENTIDADE DE GÊNERO e ORIENTAÇÃO SEXUAL: não estamos de acordo com privilégios para pessoas por motivo de gênero e orientação sexual; a pessoa é quem deve ser protegida e não a identidade de gênero e nem a orientação sexual; os crimes contra o ser humano devem ser punidos igualmente para todos, independente de sexo, gênero, orientação sexual ou qualquer outra diferença individual; a pena deve aumentar quando o crime for praticado contra o indefeso ainda em formação (nascituro), a criança e o adolescente (pessoas em processo de desenvolvimento). Por estas razões, solicitamos a retiradas de tais expressões do corpo da proposta do novo Código Penal;

3ª. NASCITURO: não concordamos com o ABORTO em nenhuma hipótese, pois Deus é o Senhor da vida e da morte. Queremos que a VIDA seja garantida desde a CONCEPÇÃO e seja considerado crime, o ABORTO, em qualquer fase, sem exceções;

4ª. CRIANÇAS E ADOLESCENTES: por razões culturais não podemos concordar que sejam praticadas violências contra crianças e os adolescentes, independente de etnia, religião ou cultura; que o crime de estupro seja punido com maior severidade na infância e na adolescência; que crianças e adolescentes não sejam expostos a materiais pornográficos e nem os que estimulem a atração pelo mesmo sexo; que sejam punidos com maior rigor os que favorecem ou envolvem crianças e adolescentes com drogas, tráfico e ações criminosas;

5ª. PORNOGRAFIA E PROSTITUIÇÃO: pornografia, prostituição e crime organizado estão interligados. São os adultos que costumam produzir, comercializar e distribuir materiais pornográficos que chegam às mãos das crianças e dos adolescentes, inclusive. Deverão ser tipos penais a produção, comercialização, distribuição e veiculação da pornografia sob a forma gráfica, virtual, divulgada na mídia e também nas apresentações ao vivo (“manifestações culturais”). A produção e comercialização de materiais pornográficos estimulam a prostituição e o seu incentivo. Não concordamos com a comercialização do corpo do ser humano em nenhuma hipótese. Não estamos de acordo com a profissionalização da prostituição e nem com a manutenção de casas para esta finalidade;

6ª. DROGAS: não concordamos com a liberação das chamadas drogas ilegais (maconha, cocaína, heroína, crack e outras) e nem com a liberação desregrada das drogas consideradas legais (tabaco e álcool), porta de entrada para a busca das drogas ilegais, conforme declaração

dos técnicos em tratamento de dependentes químicos. Álcool e tabaco também causam a dependência física e psicológica. Seus danos fisiológicos constituem problema de saúde pública e social. É sabido que o tabaco tem correlação estreita com o câncer e, o álcool, além de danos fisiológicos com o seu uso desmedido, são os responsáveis pelos acidentes no trânsito, violências domésticas e sociais, igualmente as drogas ilegais. Que sejam criminalizados também o porte e a produção das drogas ilegais, ainda que para uso próprio;

7ª. EUTANÁSIA e SUICÍDIO ASSISTIDO: recebam as mesmas penas que o homicídio;

8ª. CRIMES DE BIOSSEGURANÇA: não concordamos com a revogação dos crimes da Lei de Biossegurança;

9ª. TERRORISMO: não concordamos com exceções para o crime do terrorismo;

10ª. ORGANIZAÇÕES NACIONAIS, INTERNACIONAIS, GOVERNAMENTAIS OU NÃO: que receberem ou enviarem verbas para a estimulação, sugestão e incitação dos crimes previstos na ordenação jurídica brasileira, deverão ser enquadrados nos crimes contra a humanidade, contra a população brasileira, crime de ódio contra a cultura da nossa nação.

II – CERCEAMENTO DE DIREITO:

Considerando os termos do arts. 3º, IV e 5º, VI, IX, XIII, XIV da CF/88, que nos assegura o direito de:

a) **PENSAR, (liberdade de consciência);**

b) **EXPOR NOSSAS IDÉIAS, (liberdade intelectual e científica);**

c) **E AJUDAR OS QUE QUEREM SER AJUDADOS, (liberdade de trabalhar, ou fornecer informações à sociedade);**

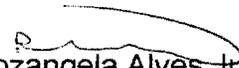
d) **SEM SERMOS DISCRIMINADOS POR ISTO. (liberdade e igualdade perante a lei, sem discriminações).**

Em anexo a esta, documento que vem sendo entregue à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados Federais, por ocasião da Audiência Pública e votação do PDC 234/2011. A protagonista da situação em pauta é presidente da ABRACEH, que desde 1999, vem sendo desqualificada em seu exercício profissional devido a posicionamento científico diferente do seu Conselho Profissional, e por acreditar em Deus, professar a fé evangélica, por possuir valores cristãos. Foi censurada pelo seu conselho profissional em 2009, fato este veiculado em todos os meios de comunicação, incluindo sua entrevista publicada nas páginas amarelas da Revista VEJA. Os seus opositores continuam desencadeando processos contra a sua pessoa visando a sua cassação profissional. Paralelamente, a este cerceamento de direito, teve que deixar de exercer a profissão que investiu durante toda a sua vida devido as ameaças quanto a sua integridade física. Esta carta também foi postada no blog: <http://rozangelajustino.blogspot.com>

Solicitamos a intervenção de Vossa Excelência, de forma que a aprovação do PDC 234/2011 ocorra ainda este ano na Câmara dos deputados e no Senado Federal, colocando ponto final neste cerceamento de direito do exercício profissional, que inclui o cerceamento da liberdade de pensamento, expressão, opinião, religiosa, trabalhar e fornecer informações à sociedade, sem discriminação.

Desde já agradecemos a atenção de Vossa Excelência, colocando-nos à disposição para qualquer outro esclarecimento e informação necessários.

Atenciosamente,


Missionária Rozangela Alves Justino
Presidente da ABRACEH

Exmos. Senhores Deputados Federais da COMISSÃO DE SEGURIDADE
SOCIAL E FAMÍLIA

Brasília, DF, 06 de novembro de 2012.

Assunto:

Audiência Pública para "Discutir o exercício profissional do psicólogo, a ética e o respeito à homoafetividade"

Eu, Rozangela Alves Justino, brasileira, psicóloga registrada no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro sob o nº CRP-RJ 05/4917, venho por meio desta fazer duas solicitações:

- 1) A leitura desta carta durante a presente audiência, já que não tenho voz ativa nesta reunião por ser pessoa atingida diretamente pelo Conselho Federal de Psicologia com relação a esta temática; e
- 2) A tomada de providências cabíveis nesta casa da lei pelos motivos que se seguem.

Até o ano de 2009, eu atendia pessoas que, voluntariamente, isto é, por desejo próprio, buscavam meu apoio profissional para vencerem a atração indesejada por pessoas do mesmo sexo. Contudo, apesar de esta não ser a única razão pela qual os pacientes me procuravam, fui proibida pelo CFP- Conselho Federal de Psicologia - de continuar prestando apoio terapêutico a essas pessoas por professar a fé cristã evangélica e por ter criado a ABRACEH, instituição de caráter cristão de apoio ao Ser Humano e à Família. Por isso, o CFP julgou estar eu desqualificada profissionalmente para o exercício da Psicologia, aplicando-me a pena de Censura Pública, apesar de eu:

- a. Ser graduada por uma Universidade credenciada pelo MEC e tendo, assim, sido considerada apta para o exercício profissional;
- b. Ter registro profissional concedido pelo CRP-RJ, desde o ano de 1982, por ter concluído a graduação no final do ano de 1981;
- c. Ter sido reconhecida pelo próprio CRP-RJ como uma profissional capaz de ter em sua carteira de identidade profissional o título de especialista em Psicologia clínica e escolar/educacional;

- d. Ser pós-graduada, isto é, especializada em Psicodrama, abordagem consagrada na academia como parte da linha teórica fenomenológica existencial humanista;
- e. Ter sido também treinada pelo EMDR Institute Inc. nesta abordagem terapêutica reconhecida internacionalmente e que, no Brasil, também incontáveis psicólogos têm treinamento nesta mesma técnica para intervirem, de forma mais eficaz, em diversas demandas apresentadas pelos pacientes que procuram os seus serviços profissionais;
- f. Ter investido, ao longo dos anos de exercício da Psicologia, em meu aperfeiçoamento profissional por meio de diversos cursos, congressos, seminários, supervisão e aquisição de livros técnicos e, além disso, ter atuado como palestrante, conferencista e ministradora de cursos e capacitações na área da Psicologia, o que me proporcionou constante atualização e crescimento profissional tanto para melhor atender os meus pacientes quanto para contribuir social e profissionalmente com minha capacidade e meus conhecimentos técnico-profissionais.

Assim, caso seja necessário, coloco à disposição, posteriormente, a cópia dos documentos comprobatórios da graduação, especializações e cursos citados. A cópia do processo ético movido contra mim encontra-se nas dependências do CRP-RJ e CFP, os quais poderão ser solicitados e examinados por Vossas Excelências.

Entretanto, apesar da sanção antes citada, afirmo que nem o CRP-RJ nem o CFP registraram qualquer queixa de pacientes por mim atendidos ao longo dos meus 27 anos de exercício profissional, contados até o ano de 2009, quando precisei interromper os meus atendimentos profissionais por ter tido a minha imagem denegrada nas redes sociais e na mídia de forma geral. Além disso, passei por ameaças quanto a minha integridade física por parte da militância gaysista que se julgou insatisfeita com a pena que me foi dada pelo CFP por considerá-la branda. Tais fatos tornaram insuportável a tranquilidade necessária para o meu trabalho clínico, cujo *setting* terapêutico passou a ser um local de risco constante.

Logo, considerando que a OMS - Organização Mundial de Saúde -, através do Manual de Classificação Estatística Internacional em sua 10ª edição, CID 10, criado para orientar os profissionais da área da saúde, classifica várias formas de expressão homossexual como DESORDENS de identidade sexual, desordens de preferência sexual e desordens psicológicas e comportamentais

associadas ao desenvolvimento e orientação sexual (ver: <http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2010/en#/F60-F69>) (Anexo 1), encaminho as seguintes questões aos EXMOS. SENHORES DEPUTADOS FEDERAIS:

- 1) É ético um Conselho Profissional proibir o seu profissional de atender pessoas em estado de sofrimento psíquico que o procura, voluntariamente, para receber apoio terapêutico profissional para efetuar as mudanças que elas próprias desejam em suas vidas?
- 2) É ético um Conselho Profissional desclassificar o profissional por seu credo religioso e por, como cidadão, criar uma associação de apoio a seres humanos e famílias em sofrimento emocional que lhes ofereça uma rede de apoio mais completa, incluindo o conforto espiritual advindo do cristianismo, para minimizar o seu sofrimento psíquico?
- 3) É ético um Conselho Profissional que credencia um profissional com o título de especialista na área clínica, após 27 anos do exercício da sua profissão, às portas da sua aposentadoria, denegrir a sua imagem diante da sociedade, de outros profissionais e mídia, desclassificando-o profissionalmente?
- 4) Quem fiscaliza este Conselho Profissional que discrimina profissionais que professam a fé cristã evangélica?
- 5) Quem fiscaliza um Conselho Profissional que discrimina pessoas que apresentam sofrimento psíquico e que, por razões pessoais, desejam mudar o seu estilo de vida de forma que os sentimentos e comportamentos considerados por eles mesmos prejudiciais, muitas vezes até para a sua integridade física, além da emocional, sejam acompanhados por Psicólogos? É ético um Conselho Profissional impedir que essas pessoas recebam o atendimento que desejam e que procurem, livremente, os profissionais competentes para lhes ajudar?
- 6) Quem fiscaliza um Conselho Profissional que tenta impedir a sociedade de receber o atendimento de profissionais e as informações acerca de uma temática específica? Milhares de brasileiros discordam da norma baixada pelo Conselho Federal de Psicologia, denominada RESOLUÇÃO 01/99, conforme lista de presença/abaixoassinado que, desde 2004, a ABRACEH- Associação de Apoio ao Ser Humano e à Família - mantém em seus arquivos, conforme formulário em anexo. (Anexo 2)

CONSIDERANDO TODAS ESSAS QUESTÕES, cabe ainda ressaltar aos Exmos. Senhores Deputados Federais que compõem esta nobre Comissão de Seguridade Social e Família da casa do povo brasileiro, que a postura do Conselho Federal de Psicologia e de parlamentares que desejam defender as “minorias” acaba por discriminar, de forma cruel e humilhante, tanto profissionais quanto milhares de brasileiros que clamam por liberdade de pensamento e de expressão, liberdade científica, e liberdade de ir e vir em busca de profissionais da área da Psicologia independente de crença religiosa cristã evangélica ou católica para assisti-los quando, em estado de sofrimento psíquico, buscarem apoio devido às queixas sugestivas de conflitos sexuais, conforme desordens reconhecidas e apontadas na Classificação Estatística Internacional da OMS em vigor na presente data.

Cabe a lembrança de que, em 1948, o Brasil assinou a Declaração dos Direitos Humanos; e em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil. Tanto aquela quanto esta asseguram aos Psicólogos e a todo o povo brasileiro, além dos associados e apoiadores da ABRACEH-Associação de Apoio ao Ser Humano e à Família-, o direito de:

- a) PENSAR (liberdade de consciência);
- b) EXPOR SUAS IDÉIAS (liberdade intelectual e científica);
- c) ASSOCIAR-SE PARA APOIAR OS QUE QUEREM SER APOIADOS (liberdade de trabalhar e/ou fornecer informações à sociedade, independentemente de autorização do poder público, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento);
- d) SEM SOFRER ATENTADO VIOLENTO, DISCRIMINADOR, PRECONCEITUOSO, por motivo de crença e religião cristã evangélica ou católica professada.

Coloco-me, assim, à disposição para outras informações julgadas necessárias.

Atenciosamente,



Rozangela Alves Justino
Psicóloga – CRP 05/4917

E-mails:

rozangelajustino@gmail.com; rozangelajustino@abraceh.org.br

Fonte:

OMS-Organização Mundial da Saúde:

<http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2010/en#/F60-F69>

F 64 Gender identity disorders

F64.0 Transsexualism

A desire to live and be accepted as a member of the opposite sex, usually accompanied by a sense of discomfort with, or inappropriateness of, one's anatomic sex, and a wish to have surgery and hormonal treatment to make one's body as congruent as possible with one's preferred sex.

F64.1 Dual-role transvestism

The wearing of clothes of the opposite sex for part of the individual's existence in order to enjoy the temporary experience of membership of the opposite sex, but without any desire for a more permanent sex change or associated surgical reassignment, and without sexual excitement accompanying the cross-dressing.

Gender identity disorder of adolescence or adulthood, nontranssexual type

Excl.:

fetishistic transvestism (F65.1)

F64.2 Gender identity disorder of childhood

A disorder, usually first manifest during early childhood (and always well before puberty), characterized by a persistent and intense distress about assigned sex, together with a desire to be (or insistence that one is) of the other sex. There is a persistent preoccupation with the dress and activities of the opposite sex and repudiation of the individual's own sex. The diagnosis requires a profound disturbance of the normal gender identity; mere tomboyishness in girls or girlish behaviour in boys is not sufficient. Gender identity disorders in individuals who

have reached or are entering puberty should not be classified here but in F66.-.

Excl.:

egodystonic sexual orientation (F66.1)
sexual maturation disorder (F66.0)

F64.8 Other gender identity disorders

F64.9 Gender identity disorder, unspecified
Gender-role disorder NOS

F65 Disorders of sexual preference

Incl.:

paraphilias

F65.0 Fetishism

Reliance on some non-living object as a stimulus for sexual arousal and sexual gratification. Many fetishes are extensions of the human body, such as articles of clothing or footwear. Other common examples are characterized by some particular texture such as rubber, plastic or leather. Fetish objects vary in their importance to the individual. In some cases they simply serve to enhance sexual excitement achieved in ordinary ways (e.g. having the partner wear a particular garment).

F65.1 Fetishistic transvestism

The wearing of clothes of the opposite sex principally to obtain sexual excitement and to create the appearance of a person of the opposite sex. Fetishistic transvestism is distinguished from transsexual transvestism by its clear association with sexual arousal and the strong desire to remove the clothing once orgasm occurs and sexual arousal declines. It can occur as an earlier phase in the development of transsexualism.

Transvestic fetishism

F65.2 Exhibitionism

A recurrent or persistent tendency to expose the genitalia to strangers (usually of the opposite sex) or to people in public places, without inviting or intending closer contact.

There is usually, but not invariably, sexual excitement at the time of the exposure and the act is commonly followed by masturbation.

F65.3 Voyeurism

A recurrent or persistent tendency to look at people engaging in sexual or intimate behaviour such as undressing. This is carried out without the observed people being aware, and usually leads to sexual excitement and masturbation.

F65.4 Paedophilia

A sexual preference for children, boys or girls or both, usually of prepubertal or early pubertal age.

F65.5 Sadomasochism

A preference for sexual activity which involves the infliction of pain or humiliation, or bondage. If the subject prefers to be the recipient of such stimulation this is called masochism; if the provider, sadism. Often an individual obtains sexual excitement from both sadistic and masochistic activities.

Masochism

Sadism

F65.6 Multiple disorders of sexual preference

Sometimes more than one abnormal sexual preference occurs in one person and there is none of first rank. The most common combination is fetishism, transvestism and sadomasochism.

F65.8 Other disorders of sexual preference

A variety of other patterns of sexual preference and activity, including making obscene telephone calls, rubbing up against people for sexual stimulation in crowded public places, sexual activity with animals, and use of strangulation or anoxia for intensifying sexual excitement.

Frotteurism

Necrophilia

F65.9 Disorder of sexual preference, unspecified

Sexual deviation NOS

F66 Psychological and behavioural disorders associated with sexual development and orientation

Note:

Sexual orientation by itself is not to be regarded as a disorder.

F66.0 Sexual maturation disorder

The patient suffers from uncertainty about his or her gender identity or sexual orientation, which causes anxiety or depression. Most commonly this occurs in adolescents who are not certain whether they are homosexual, heterosexual or bisexual in orientation, or in individuals who, after a period of apparently stable sexual orientation (often within a longstanding relationship), find that their sexual orientation is changing.

F66.1 Egodystonic sexual orientation

The gender identity or sexual preference (heterosexual, homosexual, bisexual, or prepubertal) is not in doubt, but the individual wishes it were different because of associated psychological and behavioural disorders, and may seek treatment in order to change it.

F66.2 Sexual relationship disorder

The gender identity or sexual orientation (heterosexual, homosexual, or bisexual) is responsible for difficulties in forming or maintaining a relationship with a sexual partner.

F66.8 Other psychosexual development disorders

F66.9 Psychosexual development disorder, unspecified

Tais desordens, dependendo de cada paciente podem estar ou não associadas a outras desordens e necessitam de tratamento psicológico e até psiquiátrico, tais como as desordens ligadas ao comportamento obsessivo e compulsivo, dissociais, de dependência emocional, paranóide e esquizóide, comuns em pacientes acometidos pelas desordens classificadas do F 64 ao F 66.

Anexo 2

Envie este formulário preenchido para um dos endereços:

1. Eletrônico: info@abraceh.org.br; 2. Terrestre: CAIXA POSTAL 106.075, Niterói, RJ, CEP 24.230-970



FAÇA PARTE DA ABRACEH! www.abraceh.org.br

ABRACEH - ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO SER HUMANO E A FAMÍLIA

Local e Data: _____ Instituição Parceira/Apoiadora: _____

Palestra/Conferência/Debate/Capacitação ministrada(o) por: _____ Tema: _____

"E não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso entendimento, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de DEUS" (Romanos 12:2)

LISTA DE PRESENÇA / ABAIXOASSINADO EM PROL DA VIDA HUMANA E DA FAMÍLIA CONSTITUÍDA SEGUNDO OS PRINCÍPIOS CRISTÃOS

Esta lista é um abaixo-assinado veiculado onde a ABRACEH se encontra presente. Os abaixo assinados declaram estar cientes e de acordo com

- 1) A postura cidadã desta associação quanto à garantia do direito de tanto realizar trabalhos preventivos da violência estrutural social quanto apoiar as pessoas sobreviventes dela que desenvolveram quaisquer transtornos/desordens mentais, comportamentais e sexuais. Apoiamos, ainda, os envolvidos direta ou indiretamente com estes sobreviventes, seus familiares e, especialmente, crianças e adolescentes em situação de risco social, priorizando os cuidados pelo abuso e pela exploração sexual. Usamos que nosso apoio está voltado para os que desejam adotar estilo de vida conforme orientações da Bíblia e seus ensinamentos cristãos e minimizar o sofrimento psíquico devido aos transtornos/desordens mentais, comportamentais e sexuais apresentados, conforme descrições da CID 10, publicação oficial da OMS.
- 2) O apoio da ABRACEH ser, exclusivamente, para os descritos no item 1, acima, ou seja, a ABRACEH não apoia sobreviventes de violências que não estejam em estado de sofrimento com os transtornos/desordens mentais, comportamentais e sexuais apresentados;
- 3) A ABRACEH ser totalmente cega a filosofia do movimento da desconstrução social - "queer" -, que tem atuado nas áreas política, econômica, religiosa e social, nem de outras, ditando sua NOVA ORDEM SOCIAL, compulsória, a qual incentiva o aborto e a educação sexual para a liberação sexual - livre expressão sexual - diversidade de gênero e sexual, inclusive de crianças e adolescentes;
- 4) Os apoiadores da ABRACEH não concordam com movimentos sociais/instituições que sugerem ou evidenciam acordos com a "movimento do amor erótico entre adultos e crianças" e nem com os que pretendem naturalizar todas as formas de expressão sexual, inclusive as que envolvam crianças e adolescentes, incluindo os que discordam disso com atos discriminatórios, de intimidação e até com sua criminalização;
- 5) A ABRACEH não concorda com organizações mundiais - governamentais e outras comparadas com as NOVAS ORDEM MUNDIAIS, nem com suas políticas de controle demográfico, pois nossos estudos mostram que estas fazem parte de um projeto para favorecer nações com interesses de domínio do BRASIL, e de outros países - que se deixam dominar. Tais organizações usam, inclusive, o movimento da desconstrução social - "queer" - para colocar em prática as suas ações, a nível, por liberação, das drogas, diversidade de gênero e sexual, inclusive de crianças e adolescentes, promovendo a cultura da morte;
- 6) A ABRACEH também não concorda com a aliança do CFP - Conselho Federal de Psicologia - com o movimento gayista, diversidade de gênero e sexual - livre expressão da orientação sexual, formalizada pela Resolução 01/99 do CFP, criada para a perseguição de psicólogos e cristãos que apoiam os que voluntariamente desejam deixar as relações contrárias à natureza criada por Deus. Esta resolução contraria os principais teóricos e as escolas de Psicologia, sabota a Declaração dos Direitos Humanos - Constitucionais, os Direitos das Crianças e dos Adolescentes e a OMS - Organização Mundial da Saúde - de conhecimento público através da sua publicação oficial, CID 10;
- 7) A ABRACEH não está de acordo com Projetos de Leis e nem com Leis que trabalhem contra a vida humana e a família, tais como os que visam a liberação das drogas - abortistas - gaysistas - diversidade sexual e de gênero - livre expressão da orientação sexual - prostituição - infanticídio - eutanásia e outros que se destinem a calar, discriminar e criminalizar o Movimento de Apoio ao Ser Humano e à Família. Entendemos que tais Projetos de Leis e Leis estão a serviço da cultura da morte para o controle demográfico, e que pode favorecer o futuro domínio do Brasil por parte de outras nações;
- 8) A ABRACEH não concorda com nenhum apoio, inclusive financeiro, de qualquer órgão mundial - social e do poder público a movimentos sociais que trabalham contra a vida humana e a família, contrários aos princípios bíblicos e cristãos;
- 9) As demais disposições estatutárias e regimentais, da ABRACEH

Nº	Nome	DOCUMENTO / ÓRGÃO	E-MAIL (ENDEREÇO ELETRÔNICO)
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

Continua na página seguinte

Receba
elo@abr



PUBLICIDADE

Assine **veja** com 17% de desconto!

HOME REVISTAS COLUNISTAS VÍDEOS & FOTOS SABER **BUSCA**

VEJA - Newsletter - Acervo Digital - Edições anteriores - Veja São Paulo - Veja Rio - Livros mais vendidos

ASSINE **veja**

Home » **Revistas** » Edição 2125 / 12 de agosto de 2009

Índice • Seções • Panorama • Brasil • Geral • Economia • Internacional • Guia • Artes e Espetáculos • ver capa

Panorama

- Imagem da Semana
- Datas
- Holofote
- SobeDesce
- Conversa com Fani Pacheco
- Números
- Radar
- Veja Essa

Entrevista: Rozângela Alves Justino

"Homossexuais podem mudar"

A psicóloga repreendida pelo conselho federal por anunciar que muda a orientação sexual de gays diz que ela é quem está sendo discriminada

Juliana Linhares

Ernani d'Almeida



"Preciso continuar a atender as pessoas que voluntariamente desejam deixar a atração pelo mesmo sexo"

Aceitar as diferenças e entender as variações da sexualidade são traços comuns das sociedades contemporâneas civilizadas. A psicóloga Rozângela Alves Justino, 50, faz exatamente o contrário. Formada em 1981 pelo Centro Universitário Celso Lisboa, do Rio de Janeiro, com especialização em psicologia clínica e escolar, ela considera a homossexualidade um transtorno para o qual oferece terapia de cura. Na semana passada, foi censurada publicamente pelo Conselho Federal de Psicologia (formado, segundo ela, por muitos homossexuais "deliberando em causa própria") e impedida de aceitar pacientes em busca do "tratamento". Solteira, dedicada à profissão e fiel da Igreja Batista, Rozângela diz que ouviu um chamado divino num disco de Chico Buarque e compara a militância homossexual ao nazismo. Só se deixa fotografar disfarçada, por se sentir ameaçada, e faz uma defesa veemente de suas opiniões.

A senhora acha que os homossexuais sofrem de algum distúrbio psicológico? O Conselho Federal de Psicologia não quer que eu fale sobre isso. Estou amordaçada, não posso me pronunciar. O que posso dizer é que eu acho o mesmo que a Organização Mundial de Saúde. Ela fala que existe a orientação sexual egodistônica, que é aquela em que a preferência sexual da pessoa não está em sintonia com o eu dela. Essa pessoa queria que fosse diferente, e a OMS diz que ela pode procurar tratamento para alterar sua preferência. A OMS diz que a homossexualidade pode ser um transtorno, e eu acredito nisso.

O que é não estar em sintonia com o seu eu, no caso dos homossexuais? É não estar satisfeito, sentir-se sofrido com o estado homossexual. Normalmente, as pessoas que me procuram para alterar a orientação sexual homossexual são aquelas que estão insatisfeitas. Muitas, depois de uma relação homossexual, sentem-se mal consigo mesmas. Elas podem até sentir alguma forma de prazer no ato sexual, mas depois ficam incomodadas. Ai vão procurar tratamento. Além disso, transtornos sexuais nunca vêm de forma isolada. Muitas pessoas que têm

"Conheço pessoas que deixaram as práticas homossexuais. E isso lhes trouxe conforto. Perderam a atração homossexual, que foi se minimizando. Deixaram de sentir o desejo por intermédio

EDIÇÃO DA SEMANA

ACERVO DIGITAL

Todas as edições de VEJA desde 1968. Acesse.



30 de abril de 1969
Força do medo
Guerrilha árabe volta a agitar o Oriente Médio.

ANTERIOR PRÓXIMA

OPEREJIMENTO

PUBLICIDADE

Assine **veja** com 17% de desconto!

SERVIÇOS

- Assine VEJA
- Aponte erros
- Facebook
- Newsletter
- Twitter
- Fale conosco
- RSS
- Para anunciar
- iPhone
- Abril SAC
- Celular

OFERTAS

Passarela.com
Sandália Oariety por R\$69,99

Cientes na web
Crie site, loja e email com a Locaweb.

Hering Web Store
Camiseta masculina R\$49,99

Curso Grátis
Monte uma loja virtual de sucesso.

sofrimento sexual também têm um transtorno obsessivo-compulsivo ou um transtorno de preferência sexual, como o sadomasoquismo, em que sentem prazer com uma dor que o outro provoca nelas e que elas provocam no outro. A própria pedofilia, o exibicionismo, o voyeurismo podem vir atrelados ao homossexualismo. E têm tratamento. Quando utilizamos as técnicas para minimizar esses problemas, a questão homossexual fica mínima, acaba regredindo.

da psicoterapia e por outros meios"

Há estudos que mostram que ser gay não é escolha, é uma questão constitutiva da sexualidade. A senhora acha mesmo possível mudar essa condição? Cada um faz a mudança que deseja na sua vida. Não sou eu a responsável pela mudança. Conheço pessoas que deixaram as práticas homossexuais. E isso lhes trouxe conforto. Conheço gente que também perdeu a atração homossexual. Essa atração foi se minimizando ao longo dos anos. Essas pessoas deixaram de sentir o desejo por intermédio da psicoterapia e por outros meios também. A motivação é o principal fator para mudar o que quiser na vida.

A senhora é heterossexual? Sou.

Pela sua lógica, seria razoável dizer que, se a senhora quisesse virar homossexual, poderia fazê-lo. Eu não tenho essa vivência. O que eu observei ao longo destes vinte anos de trabalho foram pessoas que estavam motivadas a deixar a homossexualidade e deixaram. Eu conheço gente que mudou a orientação sem nem precisar de psicólogo. Elas procuraram grupos de ajuda e amigos e conseguiram deixar o comportamento indesejado. Mas, sem dúvida, quem conta com um profissional da área de psicologia tem um conforto maior. Eu sempre digo que é um mimo você ter um psicólogo para ajudá-lo a fazer essa revisão de vida. As pessoas se sentem muito aliviadas.

Esse alívio não seria maior se a senhora as ajudasse a aceitar sua condição sexual? Esse discurso está por aí, mas não faz parte do grupo de pessoas que eu atendo. Normalmente, elas vêm com um pedido de mudança de vida.

Se um homem entrar no seu consultório e disser que sabe que é gay, sente desejo por outros homens, só precisa de ajuda para assumir perante a família e os amigos, a senhora vai ajudá-lo? Ele não vai me procurar. Eu escolho os pacientes que vou atender de acordo com minhas possibilidades. Então, um caso como esse, eu encaminharia a outros colegas.

Não é cruel achar que os gays têm alguma coisa errada? O que eu acho cruel é ser uma profissional que quer ajudar e ser amordaçada, não poder acolher as pessoas que vêm com uma queixa e com um desejo de mudança. Isso é crueldade. Eu estou me sentindo discriminada. Há diversos abaixo-assinados de muitas pessoas que acham que eu preciso continuar a atender quem voluntariamente deseja deixar a atração pelo mesmo sexo.

Por que a senhora acha que o Conselho Federal de Psicologia está errado e a senhora está certa? Há no conselho muitos homossexuais, e eles estão deliberando em causa própria. O conselho não é do agrado de todos os profissionais. Amanhã ele muda. Eu mesma posso me candidatar e ser presidente do Conselho de Psicologia. Além disso, esse conselho fez aliança com um movimento politicamente organizado que busca a heterodestruição e a desconstrução social através do movimento feminista e do movimento pró-homossexualista, formados por pessoas que trabalham contra as normas e os valores sociais.

Gays existem desde que o mundo é mundo. Aparecem em todas as civilizações. Isso não indica que é um comportamento inerente a uma parcela da humanidade e não deve ser objeto de preconceito? Olha, eu também estou sendo discriminada. Estou sofrendo preconceito. Será que não precisaria haver mais aceitação da minha pessoa? Há discriminação contra todos. Em 2002, fiz uma pesquisa para verificar as violências que as pessoas costumam sofrer, e o segundo maior número de respostas foi para discriminação e preconceito. As pessoas são discriminadas porque têm cabelo pixaim, porque são negras, porque são gordas. Você nunca foi discriminada?

Não como os gays são. Não? Nunca ninguém a chamou de nariguda? De dentuça? De magrela? O que quero dizer é que as pessoas que estão homossexuais sofrem discriminação como todas as outras. Eu tenho trabalhado pelos que estão homossexuais. Estar homossexual é um estado. As pessoas são mulheres, são homens, e algumas estão homossexuais.

Isso não é discriminação contra os que são homossexuais e gostam de ser assim? Isso é o que você está dizendo, não é o que a ciência diz. Não há tratados científicos que digam que eles existem. Eu não rotulo as pessoas, não chamo ninguém de neurótico, de esquizofrênico. Digo que estão esquizofrênicos, que estão depressivos. A homossexualidade é algo que pode passar. Há um livro do autor Claudemiro Soares que mostra que muitas pessoas famosas acreditam que é possível mudar a sexualidade. Entre eles Marta Suplicy, Luiz Mott e até Michel Foucault, todos historicamente ligados à militância gay.

Quantas pessoas a senhora já ajudou a mudar de orientação sexual? Nunca me preocupei com isso. Psicólogo não está preocupado com números. Eu vou fazer isso a partir de agora. Vou procurar a academia novamente. Vou fazer mestrado e doutorado. Até hoje, eu só me preocupei em acolher pessoas.

O que a senhora faria se tivesse um filho gay? Eu não teria um filho homossexual. Eu teria um filho. Eu iria escutá-lo e tentaria entender o que aconteceu com ele. Os pais devem orientar os filhos segundo seus conceitos. É um direito dos pais. Olha, eu quero dizer que geralmente as pessoas que vivenciam a homossexualidade gostam muito de mim. E também quero dizer que não sou só eu que defendo essa tese. Apenas estou sendo protagonista neste momento da história.

A senhora se considera uma visionária? Não. Eu sou uma pessoa comum, talvez a mais simplesinha. Não tenho nenhum desejo de ficar famosa. Nunca almejei ir para a mídia, ser artista, ser fotografada.

A senhora já declarou que a maior parte dos homossexuais é assim porque foi abusada na infância. Em que a senhora se baseou? É fato que a maioria dos meus pacientes que vivenciam a homossexualidade foi abusada, sim. Enquanto nós conversamos aqui, milhares de crianças são abusadas sexualmente. Os estudos mostram que os abusos, especialmente entre os meninos, são muito comuns. Aquelas brincadeiras entre meninos também podem ser consideradas abusos. O que vemos é que o sadomasoquismo começa aí, porque o menino acaba se acostumando àquelas dores. O homossexualismo também.

A senhora é evangélica. Sua religião não entra em atrito com sua profissão? Não. Sou evangélica desde 1983. Nos anos 70, aconteceu algo muito estranho na minha vida. Eu comprei um disco do Chico Buarque. De um lado estavam as músicas normais dele. Do outro, em vez de tocar *Carolina*, vinha um chamamento. Eram todas canções evangélicas. Falavam da criação de Deus e do chamamento da ovelha perdida. Fui tentar trocar o LP e, na loja, vi que todos os discos estavam certinhos, menos o meu. Fiquei pensando se Deus estava falando comigo.

O espírito cristão não requer que os discriminados sejam tratados com maior compreensão ainda? Se eu não amasse as pessoas que estão homossexuais, jamais trabalharia com elas. Até mesmo os ativistas do movimento pró-homossexualismo reconhecem o meu amor por eles. Sempre os tratei muito bem. Sempre os cumprimentei. Na verdade, eles me admiram.

Por que a senhora se disfarça para ser fotografada? Um dos motivos é que eu não quero entrar no meu prédio e ter o porteiro e os vizinhos achando que eu tenho algum problema ligado à sexualidade. Além disso, quero ser discreta para proteger a privacidade dos meus pacientes. Por fim, há ativistas que têm muita raiva de mim. Eu recebo vários xingamentos; eles me chamam de velha, feia, demente, idiota. Trabalho num clima de medo, clandestinamente, porque sou muito ameaçada. Aliás, estou fazendo esta entrevista e nem sei se você não está a serviço dos ativistas pró-homossexualismo. Eu estou correndo risco.

Que poder exatamente a senhora atribui a esses ativistas pró-homossexualismo? O ativismo pró-homossexualismo está diretamente ligado ao nazismo. Escrevi um artigo em que mostro que os dois movimentos têm coisas em comum. Todos os movimentos de desconstrução social estudaram o nazismo profundamente, porque compartilham um ideal de domínio político e econômico mundial. As políticas públicas pró-homossexualismo querem, por exemplo, criar uma nova raça e eliminar pessoas. Por que hoje um ovo de tartaruga vale mais do que um embrião humano? Por que se fala tanto em leis para assassinar crianças dentro do ventre da mãe? Porque existe uma política de controle de população que tem por objetivo eliminar uma parte significativa da nação brasileira. Quanto mais práticas de liberação sexual, mais doenças sexualmente transmissíveis e mais gente morrendo. Essas políticas públicas todas acabam contribuindo para o extermínio da população. Essas pessoas que estão homossexuais estão ligadas a todo um poder nazista de controle mundial.

"O ativismo pró-homossexualismo está diretamente ligado ao nazismo. Todos os movimentos de desconstrução social estudam o nazismo, porque compartilham um ideal de domínio político e econômico mundial"

Não há certo exagero em comparar a militância homossexual ao nazismo? Bom, se você acha que isso pode me prejudicar, então tire da entrevista. Mas é a realidade.

Selecione uma revista

Clique e saiba tudo sobre sua assinatura!



O clube que conhece e reconhece você.



Assine VEJA e ganhe meses a mais!



Assine VEJA Digital e ganhe até 12 meses grátis!



Assine SUPER versão digital!



Assine CARAS por 2 anos e ganhe a coleção Petites Casseroles!



Assine EXAME e ganhe meses a mais!

Assine por 1 ano e ganhe + 6 meses grátis!

Nome Nascimento

E-mail CEP

Apenas 12x 42,90 **ENVIAR**

NOTÍCIAS

Brasil
Economia
Internacional
Ciência e tecnologia
Saúde
Educação
Vestibular
Veja na Sala de Aula
Esporte
Comer e beber
Celebridades
Os livros mais vendidos
RSS

REVISTAS

VEJA
Acervo Digital
Destaque da semana
Edições especiais
Edições extras
Edições anteriores
Expediente
Veja São Paulo
Veja Rio
Comer e Beber

VEJA 40 anos

Educação
Ambiente
Economia
Imprensa
Democracia
Megacidades
Fórum

VÍDEOS E FOTOS

Vídeos
VEJA Música
Galeria de fotos e slideshows
Videogaleria
Infográficos

BUSCAS

Pesquisa em VEJA
Acervo Digital 1968-2009
Arquivo 1997-2009
Capas 1968-2009
O Melhor da Cidade
Guia internet

COLUMNISTAS

Antonio Ribeiro, de Paris
Augusto Nunes, coluna
Betty Milan, sexualidade
Denis Russo, sustentabilidade
Diogo Mainardi, coluna
Geraldo Medeiros, nutrição
Isabela Boscov, cinema
Lauro Jardim, Radar on-line
Lucia Mandel, dermatologia
Mayana Zatz, genética
Reinaldo Azevedo, blog

BLOGS DA REDAÇÃO

IR 2010, Finanças
VEJA Meus Livros, literatura
Dez Mais, variedades
Vida em Rede, internet
Blog da Copa, futebol
Acervo Digital, história

SABER +

Retrospectiva 2049
Aquecimento global
Desastres Naturais
Conheça o país África do Sul
Afeganistão
Cronologia
Roger Federer
Roberto Carlos
Em dia
Em profundidade
Terremoto no Haiti
Pre-sai Rio-2016
Apagão

Assine por 1 ano e ganhe + 6 meses grátis!

Nome Nascimento

E-mail CEP

Apenas 12x 42,90 **ENVIAR**

SERVIÇOS

Newsletter VEJA
Fale conosco
Para anunciar
Abril SAC
Aponte erros
Guia de navegação

CELULAR

SMS - Últimas notícias
Quiz VEJA
Versão iPhone
Guia de cinemas